

Congresso não analisa decreto das estatais

BRASÍLIA — A falta de quorum na sessão noturna de ontem do Congresso impediu a apreciação do Decreto-Lei 2.100, que limita os ganhos extras dos funcionários das empresas estatais, e a leitura da mensagem do Governo sobre a política nacional de informática. Os Líderes do PDT, PT e Grupo Só-Diretas do PMDB, que há três semanas vêm obstruindo as votações na Câmara e nas sessões conjuntas do Congresso, fizeram acordo na semana passada no sentido da suspensão do movimento nos dias 22 (ontem) e 27, para que fossem apreciadas questões que julgam importantes: a rejeição do Decreto 2.100, a leitura da mensagem sobre informática, requerimento de ur-

gência para votação do projeto de lei do Governo que trata da situação dos médicos residentes, a votação da emenda que suspende a fidelidade partidária durante um ano e a leitura do veto presidencial ao projeto que prevê pagamento de "royalties" aos Estados e municípios onde seja extraído petróleo ou gás.

Na sessão vespertina da Câmara o acordo funcionou e a urgência para o projeto dos médicos residentes foi concedida.

A obstrução dificultará a votação na Câmara, ainda esta semana, como deseja o Líder do PDS, Nélson Marchezan, do projeto de lei complementar do Senado regulamentando o Colégio Eleitoral.